



Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cláudio Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Co-lombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiese, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmia da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1535

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 182 e 183 e outros dispositivos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, REQUER, após ouvido o douto Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 201/97.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 1533

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final para os Projetos nºs 285/97, 279/97 e 277/97, aprovados em 2ª Discussão, na sessão do dia 23.06.97, considerando que os mesmos não sofreram emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1538

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final dos Projetos de Lei nºs 259/97, 258/97, 257/97, 256/97, 138/97, 253/97 e 209/97.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 1539

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1532

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvida do Plenário, REQUER presença em Plenário dos Excelentíssimos Senhores Giovanni Gionédis e Manoel Garcia Cid, respectivamente DDs, Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, com fundamento no inc. I do Art. 97 do Regimento Interno, para que prestem informações sobre o procedimento de auditoria realizado pelo Governo do Estado na Banestado Leasing S/A, e que constatou, conforme depoimento do próprio Exmo. Sr. Secretário Giovanni Gionédis, a existência de um esquema de propinodo montado dentro da instituição para a liberação dos contratos de leasing, que chegou a movimentar R\$ 57 milhões e que implicou num desvio de propina da ordem de R\$ 2,851 milhões, conforme fartamente denunciado em vários órgãos da imprensa do estado do Paraná.

Na oportunidade, ressaltamos que o fato do BANESTADO ser o Banco Público do Estado do Paraná torna esta egrégia Assembleia Legislativa o principal órgão de controle e fiscalização das verbas do erário público que são administradas pela citada instituição. Neste sentido, toda e qualquer averiguação ou denúncia envolvendo a malversação de dinheiro público movimentado pelo BANESTADO deve ser, de imediato, esclarecido pelo órgão do Poder Público competente, em homenagem ao princípio supra-constitucional do equilíbrio entre os poderes do Estado e com fundamento do princípio da transparência e da moralidade administrativa, cláusula pétrea constitucional nos termos do "caput" do Art. 37 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoio: Orlando Pessuti, Emerson Nerone e Péricles Mello.

REQUERIMENTO Nº 1527

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor João Alves de Moraes, ocorrido no dia 18.06.97, na Cidade de Primeiro de Maio.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1524

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Umuarama pela passagem de seu aniversário a ser comemorado no próximo dia 26 de junho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Excelentíssimo Senhor Antonio Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); aos Vereadores Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal, David Penido, Inacio Pereira Pinto, Valci G. Scanes, Osni Miguel Santana, Mauro Vanderlei Spina, Marcello Nelli, Eduardo Mello, Pedro Tolentino da Silva, Manoel João da Silva, Valentin Fernandes Cardoso, João Batista, Valdecir Pascoal Mulato, Ismar Guimarães, João Cione Neto, Gilberto Balan, Celso Luiz Pozzobom, Antonio Milton Siqueira e João Rodrigues Gomes (Câmara Municipal de Umuarama, Av. Maringá, 4863 - CEP 87.502-000).

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Congratulações ao Conselho Estadual de Entorpecentes, na pessoa de seu Presidente, o médico Carlos Abel Fiorucci, pela realização da II Semana Estadual de Prevenção às Drogas, entre 23 e 28 de junho, do corrente ano.

Sala das Sessões, em 24.06.97

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Em que pese a boa intenção e o bom trabalho realizado pelas direções anteriores, cabe aqui um destaque para o empenho da atual direção do nosso Conselho Estadual de Entorpecentes, especialmente de seu Presidente, o Dr. Carlos Abel Fiorucci, de incansável determinação na prevenção do uso de drogas no Paraná. Não perde de vista o público-alvo, nossas crianças, adolescentes e jovens, tão expostos ao fascínio do álcool e das outras drogas alucinógenas. Para viabilizar a II Semana Estadual de Prevenção às Drogas, o CONEN-PR firmou parcerias com instituições públicas e privadas, foi em busca de recursos e de renomados especialistas para ministrar palestras durante esta semana. Mas buscou nas atividades que atraem o público visado, o teatro, a música e o esporte, transmitir de forma subliminar e das mais eficientes, o alerta sobre os perigos das drogas.

Certamente vai conseguir seu intento e disso não há dúvidas nem em outros Estados, que se interessaram pela teleconferência do dia 26 de junho, ampliando o evento para 45 mil escolas em todo o Brasil. O universo de estudantes que receberão as informações que visam livrá-los do uso de tóxicos, é de milhares de estudantes em diferentes faixas etárias.

Mobilizar a sociedade contra o abuso e o tráfico de drogas, paralelamente ao trabalho de prevenção, é o grande mérito destas atividades das quais o CONEN-PR está participando. Ao Dr. Carlos Abel Fiorucci, a homenagem singela deste Poder Legislativo, através do Voto de Congratulações, que prestigia o trabalho de alguns homens voltados para este importante tema, personificados no Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes do Paraná. Para salvar os nossos filhos, que ninguém está livre de uma coisa assim, temos ao nosso lado pessoas e instituições como as aqui referidas. Que a exemplo do poeta Fernando Pessoa, entendem que "tudo vale a pena se a alma não é pequena".

REQUERIMENTO Nº 1526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Congratulações à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, na pessoa de seu titular, Edson Vidal Pinto, pela realização da II Semana Estadual de Prevenção às Drogas, entre 23 e 28 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões em 24.06.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A ameaça das drogas à infância, adolescência e juventude ronda os lares da família brasileira. Não se trata mais de pessoas que vivem nas ruas, marginalizadas, que exigem do governo e da sociedade ações práticas no sentido de combater o uso de entorpecentes. Estes, em sua maioria, não se enquadram mais nas políticas de prevenção, infelizmente. A dureza da vida os levou ao uso precoce e ao vício desenfreado. Não podemos descuidar destas crianças e jovens que estão pelas esquinas das grandes e agora também das pequenas cidades. Mas com ações como a desencadeada por nossa Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, voltada especificamente para a prevenção ao uso de drogas, estamos atingindo as famílias constituídas, crianças, adolescentes e jovens de boa formação que podem, num momento ou outro de angústia ou curiosidade, experimentar algum tipo de tóxico e deixar-se seduzir pela ilusão do "barato" proporcionado pelos alucinógenos. Tentar prevenir o uso de drogas é muito mais barato, do ponto de vista econômico, do que fazer o combate. E o ganho humano certa-

mente é muito maior. São vidas que estão sendo salvas. São destinos de seres humanos que estão sendo desviados dos efeitos criminosos ao organismo e à vida destas pessoas. Está de parabéns o Secretário Edson Vidal Pinto, que se mostrou sensível ao problema das drogas e vem patrocinando esta II Semana Estadual de Prevenção às Drogas. Cujo ponto alto, é bom ressaltar, se dará dia 26 de junho, com a teleconferência Antidrogas, um evento transmitido para cerca de 45 mil escolas de todo o País e com a participação direta de 250 estudantes do interior do Paraná. Quanto esforço! Atividades ligadas à música, ao teatro e aos esportes fazem parte deste esforço, sempre de olho no público-alvo, que precisa de uma linguagem adequada para captar a mensagem que se quer transmitir. Os efeitos desta programação serão sentidos a curto prazo, com certeza. Na dúvida entre a curiosidade e o que aprendeu sobre os efeitos das drogas, o usuário em potencial optará por não experimentar, com certeza.

REQUERIMENTO Nº 1536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de Voto de Congratulações, a Universidade Federal do Paraná, pelo início das comemorações do 85º aniversário daquela respeitada instituição de ensino, iniciado no dia 03 de junho do corrente, com vasta programação, envolvendo a universidade e a comunidade Paranaense, representada na pessoa do Reitor Professor José Henrique de Farias, funcionários e alunos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente para aquela respeitada instituição de ensino, na Rua XV de Novembro, 1299 CEP 80060-000 centro - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes solicitando a inclusão do trecho de estrada que vai da PR-151 até a comunidade do Rio Baio, com aproximadamente 12 Km. no Município de São João do Triunfo, no Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação, daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A referida estrada liga a PR-151 até a comunidade do Rio Baio, no Município de São João do Triunfo, onde está localizada a Escola Estadual Argemiro Luiz de Lima com aproximadamente 230 alunos e a Escola Municipal Antonio Rafael Distéfano com aproximadamente 200 alunos.

A referida estrada se encontra em estado precário e em dias de chuva fica intransitável, dificultando o deslocamento dos alunos e professores, além da movimentação da produção agropecuária da região.

REQUERIMENTO Nº 1530

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário para que sejam encaminhados expedientes aos Exmos. Srs. Dr. Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República; Senador Antonio Carlos Magalhães, Deputado Federal; Michel Temer; Ministro Bueno de Souza, Presidente do Conselho de Justiça Federal em Brasília; a Bancada Federal do Paraná na Câmara Federal e no Senado; aos Juízes que compõem o TRF 4ª Região com sede em Porto Alegre; ao Dr. Dilton Carlos Eduardo França, Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, no sentido de que seja criado o Tribunal Regional Federal no Paraná, desmembrado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região com sede em Porto Alegre.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) RENE BORSATO

JUSTIFICATIVA:

O Poder Judiciário vem sofrendo profundo desgaste, na opinião pública, pela morosidade de seus julgamentos, em decorrência do excessivo aumento e acúmulo de serviço.

Considerando que os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul somam mais de 23.000.000 (vinte e três milhões) de jurisdicionados, caberia para cada um dos 23 juízes que integram o T.R.F. da 4ª Região a média de 1.000.000 (um milhão) de jurisdicionados para cada um deles, o que é insuportável para um magistrado visto que nos países de primeiro mundo, um magistrado jurisdiciona para menos de 20.000 (vinte mil) jurisdicionados.

Considerando que o Estado do Paraná é o quarto Estado no rank nacional, por si só não poderá permanecer na dependência de um tribunal distante a 700 (setecentos) quilômetros e asseverado de trabalho, com 23.000.000 (vinte e três milhões) de jurisdicionados, acarretando prejuízos econômicos, políticos e sociais aos três Estados sulinos, além do que, o grau de civilização de uma nação, também se mede pela eficiência do Poder Judiciário, conceito que também vale para o Brasil, a maior potência da América do Sul.

Muitas foram as personalidades do meio político, social e empresarial do Estado do Paraná, que já se manifestaram em favor da campanha para a criação do Tribunal Regional Federal em nosso estado, e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus Deputados, não poderia ficar alheia sem dar seu apoio a esta grande causa, que virá em benefício de milhares de pessoas que fazem parte de nossa sociedade, tanto na área política, comercial e empresarial, principalmente de nossos agricultores, que sempre são os mais prejudicados.

Considerando-se finalmente, que com a implantação do MERCOSUL, o aumento dos serviços judiciários será no mínimo triplicado, e o Paraná, que vem lutando através de suas lideranças, para que Curitiba seja a capital do MERCOSUL, terá sua população aumentada, até mesmo pela instalação de cinco montadoras de veículos americanas e europeias, tudo isso, por si só justifica a criação e instalação do Tribunal Federal Regional do Estado do Paraná.

Por estas e outras razões, juntamos nosso apelo, no sentido de reivindicar, com a maior urgência, a criação e instalação do Tribunal Federal Regional em Curitiba, Estado do Paraná, para evitar maior morosidade do Poder Judiciário, injustamente criticado e desgastado, perante a opinião pública, que não compreendem o grande acúmulo de processos a que estão sujeitos os nossos Juizes, em todas as áreas da justiça visto que muitas são as reclamações, e poucos são os Juizes para julgá-las, e isto gera uma certa insatisfação de ambos os lados.

Em anexo, relação dos Juizes que compõem o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, e do qual solicitamos para que sejam encaminhadas cópias desse requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o encaminhamento de solicitação ao Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no sentido de que informe quais os valores pagos até a presente data, a título de Pró-Labore, em virtude da Lei nº 11.500/97, nas Universidades Estaduais de Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Uniãoeste, discriminando o nome dos servidores, valores percebidos e valores dos projetos respectivos.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) JOEL COIMBRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 301/97
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os contratos de financiamento habitacional custeados exclusivamente com recursos Estaduais, pela COHAPAR e COHABS, não poderão comprometer mais de

20% (vinte por cento), da renda familiar do mutuário, com os encargos mensais.

Art. 2º - Em se tratando de mutuários aposentados, o percentual despendido com encargos não comprometerá mais de vinte por cento (20%) dos proventos de inatividade.

Art. 3º - Define-se como encargo mensal, para efeitos desta lei, o total pago, mensalmente, pelo beneficiário de financiamento habitacional e compreendendo a parcela de amortização de juros, destinada ao resgate do financiamento concedido, acrescida de seguros estipulados em contrato.

Art. 4º - o reajustamento dos encargos mensais, terá por base o mesmo índice e a mesma periodicidade de atualização do saldo devedor dos contratos, mas a aplicação deste índice não poderá resultar em comprometimento de renda em percentual superior ao máximo estabelecido nesta lei.

§ 1º - Sempre que o valor do novo encargo resultar em comprometimento da renda do mutuário em percentual superior ao estabelecido nesta lei, a instituição financiadora, à pedido do mutuário, procederá a revisão do seu valor, para adequar a relação encargo mensal/renda ao referido percentual máximo.

§ 2º - As diferenças apuradas nas revisões de encargos mensais serão atualizadas com base nos índices contratualmente definidos para reajuste do saldo devedor e compensados nos encargos mensais subsequentes.

Art. 5º - A relação entre os encargos mensais e a renda do mutuário será estabelecida entre os valores do mês imediatamente anterior ao da verificação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Objetivo deste projeto de lei é garantir a devida proteção econômica ao mutuários dos Sistemas Estadual e Municipais de Habitação, evitando comprometimento de renda acima do suportável e ao mesmo tempo, estabelecendo adequação à realidade sócio-econômica estável que se verifica na atualidade.

PROJETO DE LEI Nº 302/97

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 dias a contar da promulgação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva à elevação e preservação do nível de vida dos pescadores. O Estado não pode funcionar para o setor pesqueiro somente como órgão que exige, fiscaliza e pune, mas, sim, deve ter participação efetiva no desenvolvimento e manutenção desta atividade de indiscutível importância sócio-econômica para todo o Estado do Paraná.

Com uma política séria para o setor, elaborada, sobretudo, com a participação de pescadores e técnicos que trabalham na área, o Governo poderá, através de uma linha

especial de financiamento e investimento, realizar ações que visem à geração de renda; à criação de postos de trabalho; à redução de custo do pescado para o consumo; à criação de postos de trabalho; à redução do custo do pescado para o consumo; à criação de infra-estrutura de comercialização; à conservação e o transporte de pescado, evitando-se, assim, a relação de exploração estabelecida entre atravessadores e pescadores, extremamente prejudicial para estes últimos; à criação de atividades complementares à pesca, tais como: a criação de mexilhões e ostras; à implementação de técnicas alternativas de captura; à implementação de medidas que resultem na exploração racional do ambiente marinho, garantindo-se ao pescador artesanal e às colônias de pescadores, proteção contra a expulsão de seu meio pela especulação imobiliária; baixa remuneração pelo pescado; entraves na legislação; sobrecarga de impostos e redução de estoque das espécies.

Diante do exposto, contamos com a compreensão dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 303/97
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Alto Paraná, com sede e foro no Município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educacional Vigilantes Mirins de Alto Paraná, foi fundada em Alto Paraná, com o objetivo de estimular o desenvolvimento harmonioso da potencialidade do menor carente, aproveitando o máximo de seus dotes morais e intelectuais, muitas vezes dispensados por falta de orientação adequada.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Não havendo expediente, concedo a palavra ao 1º orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Sergio Spada, na Liderança do PSDB.

O SR. SERGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos assuntos que domina a discussão nos meios políticos, na imprensa, da nossa região, é exatamente os Jogos Mundiais da Natureza, Projeto Costa Oeste. Até porque foi colocado para a população da região, como foi para o Paraná inteiro, como um dos grandes projetos do Governo Jaime Lerner.

Temos um farto material que fala desse evento que está programado para acontecer entre o mês de setembro e o mês de outubro, inclusive, com a previsão de vultuosos investimentos em obras, vultuosos investimentos em divulgação, inclusive com o objetivo de alcançar o mundo, através das imagens que serão feitas durante a realização do evento, aproveitando como pano de fundo a magnífica, a exuberante natureza que temos naquela região, o Lago de Itaipu, as Cataratas de Itaipu, o Parque Nacional do Iguaçu e tantas outras maravilhas que temos para mostrar para o Brasil e para o mundo.

É bem verdade que a população, na região, que vive no presente momento uma crise profunda, particularmente população e empresários de Foz do Iguaçu, esperam que efetivamente aconteçam esse Jogos da Natureza e que efetivamente os benefícios por eles programados sejam, efetivamente, alcançados. Para vocês terem uma noção, caros colegas parlamentares, Foz do Iguaçu passa hoje a pior crise econômica da sua história, já teve os funcionários da ITAIPU, praticamente, todos demitidos, com exceção de uma meia dúzia que lá ficou. Foz do Iguaçu teve um comércio muito pujante, muito forte de exportação, através do comércio formiga para o Paraguai e sustentava a Região de Vila Portes, gerava mais de dois mil empregos e hoje está literalmente quebrado.

Foz do Iguaçu também viveu um período áureo com o

comércio de compras no Paraguai, e Foz do Iguaçu viveu também muito do turismo, que é a principal vocação da nossa cidade. Todos esses segmentos aí, estão hoje passando por enormes dificuldades e ainda, hoje, recebi um telefonema do empresário do setor de hotelaria que falava do grave problema que eles estão enfrentando, com dificuldades, inclusive para pagar conta de água, conta de luz, para pagar os seus funcionários que já foram reduzidos pela metade, porque a taxa de ocupação da hotelaria de Foz do Iguaçu é de apenas 20%, 25%, 75%, portanto, dos estabelecimentos estão ociosos. E é por isso, é diante desse quadro de profunda crise mas de muita expectativa é que estamos esperando que os Jogos da Natureza, que estão sendo anunciados, efetivamente aconteçam e aconteçam de forma como foi programado e divulgado, até porque seria muito interessante para revertermos este quadro de crise e dificuldades que estamos vivendo na região. Estou preocupado com esta questão, já é de conhecimento da Casa, mas venho a esta tribuna para reforçar o convite: amanhã pela manhã, na sala das Comissões, a Comissão de Turismo vai se reunir com a presença já confirmada do hoje Secretário dos Transportes Heinz Hervig que era, até que assumiu a Secretaria dos Transportes, Secretário Executivo dos Jogos da Natureza e também do Secretário de Esportes Osvaldo Magalhães para que possamos tirar todas as dúvidas a respeito deste evento. Há muita desinformação ainda a respeito do evento, esta Casa em particular sabe muito pouco a respeito desta proposta de governo do Governador Jaime Lerner e a respeito dos investimentos que estão programados que não são poucos.

Temos que saber mais sobre esta questão, tudo que vai acontecer, o que foi feito, o que vai ser feito, se efetivamente vão acontecer os jogos e se acontecer, em que proporção vai acontecer. Na verdade, os prefeitos da região, os vereadores da região, carecem de muitas informações e queremos aproveitar este fórum, e é o fórum adequado para o debate dos grandes problemas do Estado do Paraná, para fazer a divulgação do que vão ser estes jogos, para fazer com que façamos inclusive uma mídia positiva destes jogos, com os esclarecimentos que aqui serão prestados, e para isso é muito importante que os deputados da Comissão e Turismo e os Deputados aqui desta Casa, prestigiem este encontro que vamos fazer amanhã e tirem lá suas dúvidas para esclarecer também a população do Paraná através da imprensa que tenho certeza vai dar cobertura a este encontro, sa que tenho certeza vai dar total cobertura a este encontro.

Portanto, Sr. Presidente, reitero aqui o convite à Comissão de Turismo e todos os parlamentares para amanhã às 10:00 horas na Comissão de Turismo com o Secretário Heinz Hervig e com Secretário Osvaldo Magalhães discutirmos em profundidade os Jogos da Natureza e o Projeto Costa Oeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra a Liderança do PDT. Deputado Edgard Bueno.

O SR. EDGARD BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A política paranaense tem sido movida, nos últimos meses, por especulações sobre a eventual transferência do Governador Jaime Lerner para outro partido político. O tema ganhou dimensão nacional, ocasionando, naturalmente, um quadro de perplexidade entre os filiados e dirigentes do PDT, razão que me leva a fazer este pronunciamento.

Com a redemocratização do Brasil, no início dos anos 80, e após ter sido prefeito de Curitiba por duas gestões, Jaime Lerner ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT) e nesta legenda construiu uma vida política em outro patamar. Foi Presidente Estadual do Partido, eleito em março de 1985, disputou as eleições de 86, como candidato a vice-Governador, na chapa encabeçada pelo então Deputado Federal Alencar Furtado. Enfim, seu nome passou a circular mundo afora, associado a uma organização partidária, senão grande em estrutura - afinal, todos sabemos das dificuldades para organizarem-se bons e sérios partidos no Brasil - pelo menos inquestionável por suas convicções históricas e coerência programática.

Cabe enfatizar que, pela tradição democrática de seu

presidente e fundador, Leonel Brizola, o PDT tornou-se membro pleno da Internacional Socialista, a organização que congrega líderes e agremiações progressistas do mundo todo, como os que acabam de vencer eleições na Inglaterra, Tony Blair (do Partido Trabalhista), e na França, Lionel Jospin (do Partido Socialista), ou ainda Mário Soares, do Partido Socialista de Portugal.

A vitoriosa trajetória do Governador Jaime Lerner vem testemunhando, até aqui, que os eleitores assimilaram sua identidade partidária. Pelo PDT, elegeu-se Prefeito de Curitiba em 1988, e fez sucessores nas duas eleições municipais seguintes. Venceu o pleito para o governo do estado, em 1994, já tendo seu nome projetado como candidato à Presidência da República, enquanto que nas últimas eleições municipais, o partido colheu seus mais expressivos resultados, ficando em quinto no ranking nacional, com 524 prefeitos e mais de seis mil vereadores eleitos.

Porém, soam fortes os acenos para que o Governador Jaime Lerner filie-se a outro partido político. Entre nós detentores de mandatos populares e dirigentes políticos, o eventual apresenta-se como fato praticamente consumado. Os mais apressados, antecipam-se em justificativas, entre elas o boicote de verbas federais ao Paraná, mesmo sabendo que os governos estaduais dos próprios tucanos não recebem grandes repasses financeiros. E o Governador Fernando Henrique Cardoso, no que se refere às questões sociais, ainda não disse a que veio.

A verdade é que esta possibilidade de mudança de sigla, por mais que não se confirme, vêm causando intranquilidade na principal base política do governo. E qual é esta principal base, senão o partido ao qual Jaime Lerner encontra-se filiado. Torna-se urgente uma definição do governador quanto ao seu destino político, para que o partido possa também refletir seus caminhos no Paraná.

Concordo que se o governador sair do PDT, será uma grande perda, mas o espírito guerreiro dos pedetistas poderá transformar a legenda no fiel da balança nas próximas eleições. Esta é a avaliação que compartilho com incontáveis companheiros do PDT paranaense, de quem venho recebendo manifestações. E com eles continuarei somando-me na luta para que o nosso partido desempenhe o papel histórico a que se propõe.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlan do Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação São Roque, com sede e foro no Município de Tamarana, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Apreciar neste turno Emenda de Plenário aprovada em 2ª Discussão. Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/97, de autoria do

Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Educacional, Sindical e Assistência do Iguaçu - Fundação Iguaçu, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Apreciar neste turno Emenda de Plenário aprovada em 2ª Discussão. Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito nas localidades de Prainha e Cabaraquara para que a população decida sobre sua incorporação ao Município de Matinhos, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para que a população das localidades de Baraquinha, Alecrim e Jardim da Curva, decida sobre possível transferência de seus territórios para o Município de Ivai-porã, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/96, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Santa Rita de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 21.03.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 077/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Santa Rita de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis. Sendo assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/97, de autoria do Deputado Duffio Genari, que declara de Utilidade Pública o CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 82, de 27.05.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 233/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Duffio Genari tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade - CEMIC, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, em relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Belém de Educação e Cultura - IBEC, com sede e foro na cidade de Faxinal, Estado do Paraná, COM

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 84, de 28.05.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 235/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Hidekazu Takayama tem por objetivo declara de Utilidade Pública o Instituto Belém de Educação e Cultura - IBEC, com sede e foro na cidade de Faxinal, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, mantenedora do Colégio Instituto Cristão. Emenda da C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado (Publ. no D.A. nº 84, de 28.05.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 236/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Reny Borsatto tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, mantenedora do Colégio Instituto Cristão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, exaramos parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 236/97

Emenda Aditiva

Súmula - Declara de Utilidade Pública a Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, mantenedora do Colégio Instituto Cristão, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, mantenedora do Colégio Instituto Cristão, com sede e foro no Município de Castro.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação e Creche Jesus de Nazaré, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 84, de 28.05.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 237/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Hidekazu Takayama tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação e Creche Jesus de Nazaré, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1994. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.J. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1994.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 003/95

A Proposição nº 003/95, ora sendo examinada, trata da Prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1994.

Procedida à análise, emito parecer FAVORÁVEL à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) VALDIR ROSSONI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1995. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1995.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 074/96

P A R E C E R:

Encaminhada a esta Comissão a proposição em tela, dando conhecimento das atividades e controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias deste Poder Legislativo, com apuração dos balancetes mensais e balanço anual verificados durante o exercício de 1995.

Analisando o Relatório Anual das Atividades e Controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias desta Casa e demais peças anexas a ele, constatamos que o todo e encontra em conformidade com a legislação ora vigente, não restando dúvidas quanto a exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) VALDIR ROSSONI - Presidente;

ÉLIO RUSCH - Relator.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova

prestação de contas da Assistência Social dos Srs. Deputados, relativa ao exercício financeiro de 1995. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C..

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da Assistência Social dos Senhores Deputados, conforme Resolução nº 55/83, relativa ao exercício financeiro de 1995.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 075/96

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a proposição em tela, prestando contas da dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1995, regulamentada pela Resolução nº 55/83, de 03.10.83.

Analisando o Relatório da Aplicação da supracitada dotação e demais peças anexas a ele, constatamos que o todo se encontra em conformidade com a legislação ora vigente, não restando dúvidas quanto a exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) VALDIR ROSSONI - Presidente;

DUILIO GENARI - Relator.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Voto contrário deste Deputado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Anotado.

ITEM 13

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas da Subvenção Social dos Senhores Deputados, relativa ao exercício financeiro de 1995. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Subvenção Social dos Senhores Deputados, conforme Resolução nº 15/92, relativa ao exercício financeiro de 1995.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 76/96

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a proposição em tela, que relata o movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados no exercício de 1995, regulamentada pela Resolução nº 15, de 19.06.92.

Analisando o Relatório do Movimento Relativo aos Créditos para Atender Despesas e demais peças a ele anexadas, constatamos que o todo se encontra em conformidade com a legislação ora vigente, não restando dúvidas quanto a exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.97
(aa) VALDIR ROSSONI - Presidente;
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator.

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, fica sustado os atos de embargos lavrados, a partir de 06 de outubro de 1989, pelo conselho do desenvolvimento territorial do litoral paranaense, em relação às obras autorizadas por alvarás de licenças de construção, emitidos por administração municipal. Com PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam sustados os atos de Embargos lavrados, a partir de 06 de outubro de 1989, pelo Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, em relação às obras autorizadas por Alvarás de Licenças de Construção, emitidos por Administração Municipal.

Art. 2º - Até a regulamentação, por lei, da ação fiscalizadora a ser promovida pelo Estado, quanto a utilização territorial no litoral, os funcionários que praticarem atos idênticos aos sustados ou outros com base neles, responderão pelas irregularidades, nos termos da legislação atinente.

Art. 3º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, criado pelo Decreto Estadual nº 4.829/89, publicado em 12 de abril de 1989, que, agora, se auto denominou de Conselho do Litoral, vem praticando atos desprovidos de qualquer legalidade e com manifesta inconstitucionalidade, quando lavra Autos de infração, registrados como Embargos, objetivando impedir o "habite-se" em casas e/ou prédios construídos e/ou paralisar obras de construção, executadas com respaldo em Alvarás de Licença emitidas pelas Administrações Municipais do Litoral.

Os funcionários (fiscais) do Conselho do Litoral emitem os tais "Embargos", com base em dispositivos, entre outros, da Lei Estadual nº 7398, de 12 de novembro de 1980 e dos Decretos Estaduais regulamentadores nºs 4605/84, 2722/84 e 4.926/89.

Ocorre que, a legislação onde pretende e/ou pretendeu se embasar o incoerente, Conselho do litoral esta revogada, derogada, extinta "in totum", portanto, não vigente e sem qualquer validade, desde 06.01.89, por determinação constitucional do art. 52, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, que expressa:

"Art. 52 - Ficam revogados, a partir da promulgação desta Constituição, todas as leis, decretos ou atos administrativos que, de qualquer modo, interfiram na autonomia municipal."

O agrégio Superior Tribunal de Justiça, pela colenda Segunda Turma, em julgamento 31 de março de 1993, do recurso em Mandado de Segurança nº 1112/PR (Reg. 910012642-01) entendeu, tendo como relator o Min. José de Jesus Filho, expressamente, que:

"...não padece de dúvida que a Lei Estadual nº 7.389/90 não pode servir de arrimo para impedir construções, porque a ameaça de paralisação, reflete intromissão do Estado, em assunto que diz respeito a interesse local restrito ao Município."

Se algum órgão ou pessoa atua na administração pública, onde as Constituições exigem lei, sem que haja uma lei vigente que respalde os seus atos, por lógica absoluta, estará, indevidamente e imprópriamente legislando, ou então, pior, cometendo uma flagrante inconstitucionalidade.

Se o "Conselho do Litoral" está atuando, embargando

construções, impondo sanções, sem que seus atos estejam devidamente respaldados em lei, como a Constituição Estadual exige, está tal órgão e, por consequência, a Secretaria do Estado do Meio Ambiente, exorbitando e adentrando na competência Exclusiva do Legislativo e, com isto, incidindo nos casos previstos nos incisos XXVII, XXVIII e XXX, do art. 54, da Constituição do Estado do Paraná, que assentam:

" Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

XXVII - sustar os atos normativos do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

XXVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XXX - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros poderes."

Pelo supra transcrito fica manifesto que o Legislativo não pode ficar a assistir as atitudes inconstitucionais do denominado "Conselho do Litoral", quando está praticando atos totalmente contrários a Constituição e principalmente exorbitando competência exclusiva desta Casa e Leis.

Note-se que em momento algum se está a discutir o mérito dos Embargos de obras promovidas pelo "Conselho do Litoral", contudo, os membros do Legislativo não podem admitir que tal órgão, adrede à Secretaria do Estado do Meio Ambiente tome atitudes que por certo custarão muito aos cofres do Paraná, eis que a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados ilegalmente, portanto, por ato ilícito, é inexorável.

Pelo supra exposto, fica indubitável exigência de que o Plano de decreto legislativo ora apresentado deve ser aprovado, com urgência, ante a necessidade de se preservar a competência desta Assembleia Legislativa e resguardar a responsabilidade do Estado ante os atos desprovidos de qualquer legalidade e que estão sendo praticados pelos funcionários do ilegal e incoerente Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense.

Por ser de inteira Urgência a exigência Constitucional.

"Licença para construir. Compete ao Poder Público Municipal expedir alvará para construir, não podendo o Estado embargar o que já foi construído, sob pena de afrontar direito de propriedade... e a autonomia Municipal."

Junta-se cópias do Julgado, resumido acima (Emenda, relatório e Voto do relator), para que façam parte da presente, de modo ficar manifestamente demonstrado, provado, comprovado e decidido que os atos sustados não tem qualquer embasamento legal e/ou fundamento constitucional para permanecerem.

Ora, nos termos do inciso I e VIII, do art. 30 da Constituição Federal, ficou claramente definido que:

" Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;"

Nos mesmos termos são os consignados nos incisos I e VIII, do art. 17, da Constituição do Estado do Paraná.

Pelo exposto nas Leis Maiores fica definido que compete à Administração Municipal, somente a ela, promover o adequado ordenamento, controle do uso e ocupação de seu território.

Mas, o inciso XI, dos artigos Constitucionais prevê que poderá ele sofrer "...observada a legislação... a ação fiscalizadora do... Estado."

Contudo, a ação fiscalizadora do Estado deve obedecer a Legislação.

Inexistindo legislação estadual, a fiscalização não pode ocorrer, porque a Constituição determina que esta função pressupõe atos vinculados.

Nos §§ 1º e 2º do Art. 207, da Constituição do Estado do Paraná, ao definir competência do Estado para fiscalizar e sanções para condutas infratoras ao "meio ambiente", expressamente consignam a necessidade de existência de lei, para definir a função fiscal e regulamentar o processo administrativo que irá impor a sanção.

Lei é produto da atividade do Legislativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/97

PARECER:

O presente Projeto de Decreto Legislativo visa sustar os atos de Embargos lavrados, a partir de 06.10.89, pelo Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense em relação às obras autorizadas por Alvarás de Licenças de Construção, emitidos por Administração Municipal.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

JOSÉ TAVARES - Relator.

O SR. PRESIDENTE (ANIBAL KHURY) - Sobre a mesa, requerimento nº 1532, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, com apoiamentos dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Emerson Nerone e Péricles Mello, constante do expediente. Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1524, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1525 e 1526, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1527, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1528, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1529, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1530, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1533, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1535, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1536, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1538, de autoria do Sr. Deputado Tetchy Filho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1539, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 077/96, 233, 235, 236, 237 e 272/97 e dos de Resolução nºs 002 e 005/97

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/97.

Levanta-se a sessão.